



PARTE B

COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

Despacho n.º 23 872/2007

Nos termos do artigo 21.º, n.º 8, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, aprovado pela Lei n.º 8/95, de 29 de Março, ainda em vigor, por força do artigo 32.º, n.º 2, da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, e obtida a concordância da Comissão com a proposta do júri do concurso para provimento do cargo de nomeação intermédia de 1.º grau, é nomeado secretário, equiparado a director de serviços, o licenciado Rui Álvaro Filomeno de Figueiredo Ribeiro, em comissão de serviço, pois que resulta do seu currículo e da entrevista pública que o mesmo é dotado de competência técnica e aptidão para exercer as funções referidas.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

4 de Outubro de 2007. — O Presidente, *António José Pimpão*.

Sinopse curricular

Nome — Rui Álvaro Filomeno de Figueiredo Ribeiro.

Data de nascimento — 9 de Janeiro de 1957.

Bilhete de identidade n.º 7192726, emitido em Lisboa em 16 de Dezembro de 1998.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito (1982), com a classificação final de *Bom*, e especialização em Relações Internacionais, pela então Faculdade de Ciências Humanas (hoje, Faculdade de Direito) da Universidade Católica Portuguesa;

Curso de pós-graduação em Estudos Europeus (dominante jurídica — Direito Comunitário), da referida Faculdade (curso com a duração de dois semestres lectivos, concluído em 1983-1984);

Diploma de Estudos Avançados em Comunicação Institucional e Empresarial (Teoria Geral da Informação), pela Universidade Complutense de Madrid;

Frequenta, actualmente, o programa de estudos com vista à obtenção do grau de doutor pela Universidade Complutense de Madrid, tendo já terminado a fase escolar e sido admitido à apresentação da dissertação de doutoramento, que incidirá sobre o segredo de Estado.

Experiência e Formação Profissionais Mais Relevantes:

Membro do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República, tendo dado pareceres em diversos

ramos do Direito e participado em diversas acções de cooperação com os PALOP;

Fez parte de gabinetes de diversos membros do Governo, nas áreas da educação, do planeamento e da administração do território, do ambiente e recursos naturais e da cultura, tendo-lhe cabido, no exercício dessas funções, os assuntos de natureza jurídica da competência dos gabinetes, a preparação das agendas das reuniões de Conselho de Ministros e de secretários de Estado e a participação/coordenação em/de todas as iniciativas legislativas desses departamentos ministeriais;

Desde Novembro de 1998, pertence ao quadro da Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT), tendo estado afecto à sua Divisão de Relações Internacionais e, nessa qualidade, representou o Estado Português na produção de observações escritas no âmbito do processo n.º C-36/99, que então corria seus termos junto do Tribunal de Justiça da União Europeia. Na sequência de concurso, é, desde Julho de 2005, assessor do quadro da DGTT;

Desde 1 de Setembro de 1999, é, em regime de requisição, assessor jurídico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), entidade pública independente que funciona junto da Assembleia da República, cabendo-lhe o estudo aprofundado de processos, tendo em vista a elaboração de pareceres relativos a pedidos de acesso formulados pela Administração Pública ou atinentes a queixas apresentadas por particulares, a fim de verem concretizado do seu direito (constitucional) de acesso aos arquivos e registos administrativos;

Possui diversos dos cursos de formação professados, designadamente pelo Departamento de Quadros Superiores do Instituto Nacional de Administração (INA) — docência em diversas instituições de ensino superior (públicas e privadas), em várias áreas do Direito.

Trabalhos publicados:

«La conclusion et la mise en oeuvre des traités dans l'ordre juridique portugais», in *XIIIème Congrès International de Droit Comparé: Rapports Portugais*, publicado como separata do Boletim do Ministério da Justiça, 1990;

«L'influence de la Déclaration française des droits de l'homme et du citoyen (1789) sur les Constitutions portugaises», *ibidem*;

«O imperialismo cultural no tempo presente», in volume contendo os Estudos de Homenagem ao Professor Germano Marques da Silva (2004);

Nótula sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, in volume comemorativo dos Vinte Anos de Actividade Lectiva do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Edições Almedina, S. A., Coimbra, Outubro de 2005.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado
da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 23 873/2007

1 — Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, e nos despachos n.ºs 13 622/2005, de 7 de Junho, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, e 14 405/2005, de 21 de Junho, do Ministro da Presidência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, autorizo a cessação de funções, a seu pedido, da licenciada em Direito Joana Filipa Mourinho Salvador como consultora do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — A presente cessação produz efeitos desde 19 de Agosto de 2007.

20 de Agosto de 2007. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

Despacho n.º 23 874/2007

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, das funções de adjunto do meu Gabinete o licenciado Gonçalo Miguel Banha Coelho, nomeado pelo despacho n.º 12 121/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1116, de 19 de Junho de 2007, a quem agradeço o grande zelo e competência com que desempenhou funções no meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 19 de Agosto de 2007.

20 de Agosto de 2007. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

Despacho n.º 23 875/2007

1 — Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º e no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, e nos despachos n.ºs 13 622/2005, de 7 de Junho, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, e 14 405/2005, de 21 de Junho, do Ministro da Presidência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, nomeio, em regime de comissão de serviço, e em regime de exclusividade, a licenciada Inês Santos Pires consultora do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Está assegurado o respectivo cabimento orçamental.

3 — A presente nomeação é feita pelo período de dois anos e produz efeitos desde 20 de Agosto de 2007.

5 de Setembro de 2007. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

Despacho n.º 23 876/2007

1 — Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º e no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, e nos despachos n.ºs 13 622/2005, de 7 de Junho, do Primeiro-Ministro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Junho de 2005, e 14 405/2005, de 21 de Junho, do Ministro da Presidência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, nomeio, em regime de comissão de serviço, e em regime de exclusividade, a licenciada Ana Isabel Ferreira Correia consultora do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Está assegurado o respectivo cabimento orçamental.

3 — A presente nomeação é feita pelo período de dois anos e produz efeitos desde 20 de Agosto de 2007.

5 de Setembro de 2007. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 23 877/2007

Por despacho de 2 de Outubro de 2007 da subdirectora-geral do Orçamento, no uso de competência delegada, foi a licenciada Maria Isabel Henriques da Conceição Negrão Sequeira Martins, técnica superior de orçamento e conta principal da carreira técnica superior de orçamento e conta (área jurídica), do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, nomeada, precedendo concurso, na categoria de técnica superior de orçamento e conta especialista, do mesmo quadro, de acordo com o constante no mapa IV do Decreto-Lei n.º 420/99, de 21 de Outubro.

4 de Outubro de 2007. — O Subdirector-Geral, *Eduardo Dias Sequeira*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho n.º 23 878/2007

O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de motorista.

A medida ali prevista permite, sobretudo, uma maior racionalização dos meios, que se traduz, consequentemente, numa redução de encargos para o erário público.

A Direcção-Geral do Consumidor dispõe de veículos afectos ao seu serviço, mas com carência de motoristas. Por este motivo, e face às alterações orgânicas recentemente operadas nesta Direcção-Geral torna-se imperioso legitimar a condução das viaturas oficiais pelos titulares de cargos dirigentes.

Assim, nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e no uso das competências delegadas pelos despachos n.ºs 19 632/2007, de 30 de Julho, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 30 de Agosto de 2007, e 13 027/2005 (2.ª série), de 25 de Maio, do Ministro da Economia e da Inovação, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 14 de Junho de 2005, é determinado o seguinte:

1 — Conferir permissão genérica de condução de viaturas oficiais afectas à Direcção-Geral do Consumidor ao director-geral José Manuel Ribeiro e à subdirectora-geral Mónica Mira d'Andrade.

2 — A permissão conferida nos termos do número anterior aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivos de serviço público.

3 — A permissão genérica conferida pelos números anteriores rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e demais legislação aplicável, e caduca, para cada um dos autorizados, com o termo das funções em que se encontram investidos à data da autorização.

3 de Outubro de 2007. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*. — O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, *Fernando Pereira Serrasqueiro*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 20 076/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Tamadi Silla, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 14 de Julho de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 20 077/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Mamadou Saliou Bah, natural de Sonké, República da Guiné Conacri, de nacionalidade guineense, nascido em 10 de Abril de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 20 078/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Julieta Duarte Campos, natural de Santiago Maior, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 19 de Março de 1962, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

5 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 20 079/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Matilde Lopes Correia, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 12 de Agosto de 1972, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as